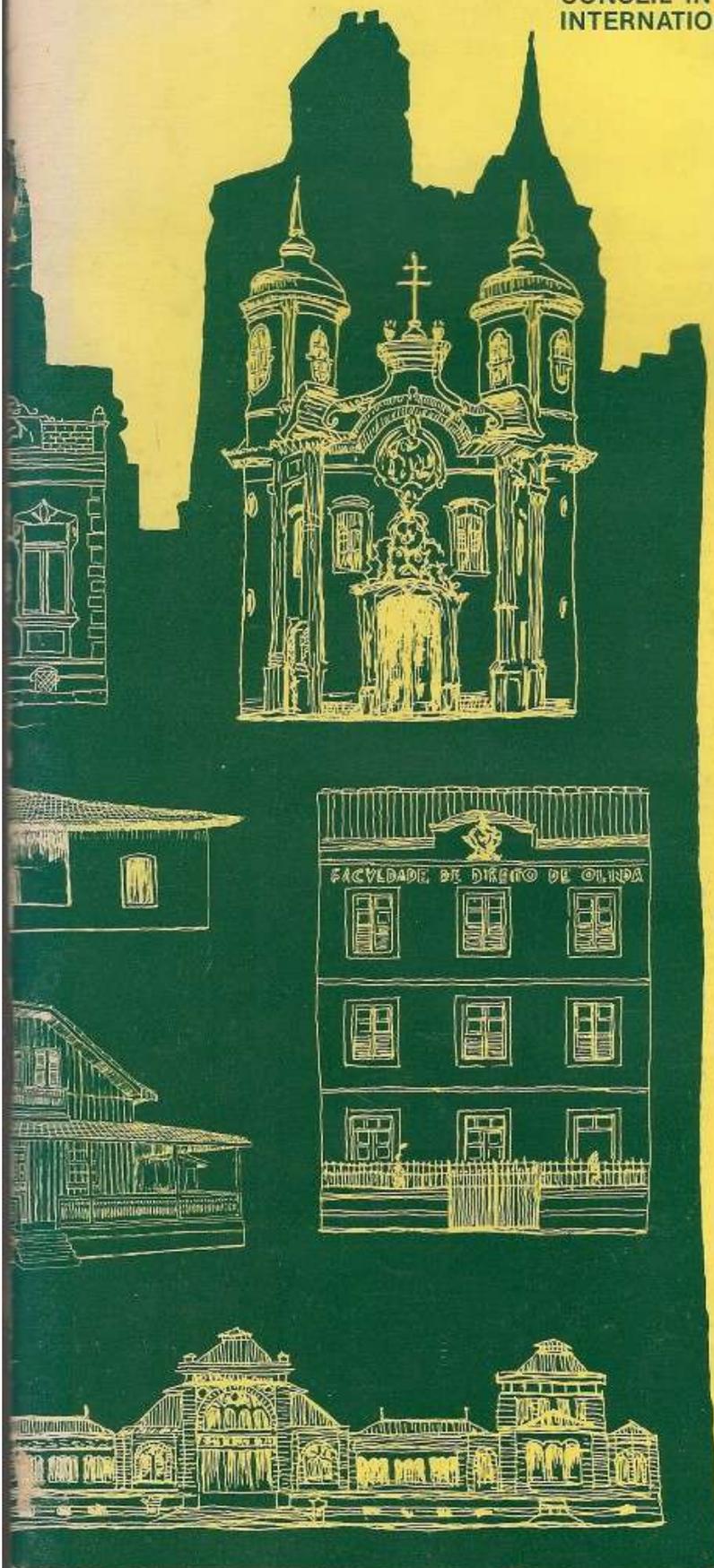


COMITÊ BRASILEIRO
COMITE BRESILIEN
BRAZILIAN COMMITTEE

ICOMOS

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS
CONSEIL INTERNATIONAL DES MONUMENTS ET SITES
INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES



1964 1989
Carta de Veneza
Revista Comemorativa

Charte de Venise
Revue Commemorative

Venice Charter
Commemorative Review



Gravura

Salvador - Bahia

DE VENEZA COM CARINHO

O impacto da carta primacial do ICOMOS na Bahia

Paulo Ormino de Azevedo

Arquiteto

Professor Livre-Docente da Universidade da
Bahia

Coordenador do Inventário de Proteção do
Patrimônio Cultural da Bahia - IPAC

Quando, em setembro de 1964, a Revista Arquitetura, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, divulgou a Carta de Veneza no País, a sensação que tivemos, nós que então trabalhávamos no Sphan, foi um misto de perplexidade e alívio. A Bahia havia sido o primeiro estado brasileiro a criar uma legislação estadual de proteção, ainda em 1927, sob o impacto das cirurgias feitas na cidade, na década anterior, pelo governador J. J. Seabra. Em 1935, a Primeira Semana de Urbanismo recomendou a preservação de toda a cidade, seguindo o exemplo de Ouro Preto, reconhecida como monumento pelo Congresso Nacional. Essas medidas, porém, não saíram do papel. Somente a partir de 1938 o recém-criado Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional adotou as primeiras medidas efetivas de proteção de monumentos isolados e, 21 anos mais tarde, as de preservação do centro histórico de Salvador.

O Sphan, durante seus primeiros trinta anos, talvez devido à formação de seu fundador, Rodrigo Melo Franco, preocupou-se fundamentalmente com o estudo da arte brasileira e a institucionalização da preservação no País, relegando as questões conceituais e metodológicas a um plano secundário. A Revista do Patrimônio, órgão oficial do Sphan, reflete bem esta prioridade.

Embora a legislação nacional fosse inspirada em normas de outros países europeus e latino-americanos, a restauração no País se fazia nos canteiros de obras, na maioria das vezes sem projeto e sem outro critério, senão o do bom senso. O isolamento não era apenas internacional, mas também nacional. Cada diretoria regional relacionava-se apenas com a direção nacional.

Uma segunda geração de arquitetos do Sphan, da qual fazia parte o autor destas linhas, cobrava do órgão uma orientação unificada, um corpo de doutrina e não apenas o casuismo firmado nos pareceres, alguns notáveis, de Lúcio Costa, Renato Soeiro, Alcides da Rocha Miranda e José de Souza Reis, do Sphan — Nacional.

É nesse contexto que explode a Carta de Veneza. Todo debate e experiência de quase um século de preservação do patrimônio da humanidade foram resumidos em um documento, que é um marco de sabedoria e concisão e que se converteria em uma referência universal, como a Carta de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas — ONU.

A partir desse momento, rompeu-se a solidão: muitos arquitetos restauradores partiram em busca de aperfeiçoamento na Europa, foram convocadas as primeiras missões da Unesco, realizados seminários técnicos em âmbito nacional, institucionalizado o ensino de restauração de monumentos e sítios em nível de pós-graduação e criada pela Secretaria de Planejamento a primeira linha de financiamento para obras de restauração pelos Estados.

Na Bahia, em 1968, foi criada uma das primeiras fundações estaduais de preservação e teve início, ainda que com êxito parcial, um programa de recuperação do seu centro histórico, preservado pelo poder público desde seu tombamento, em 1959.

Mais que qualquer avanço metodológico ou institucional, a Carta de Veneza significou para nós, arquitetos restauradores, a adoção de uma bússola e a segurança de não estarmos sós.